

PROINFO: EXPOSIÇÕES E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

*Proinfo: Exhibitions and Prospects of Digital Inclusion in Brazilian
Basic Education*

Mayara Ewellyn Sa Maximino¹
mayaramaximino@yahoo.com.br

Resumo

Os discursos e narrativas de pesquisadores a respeito da inserção das tecnologias da informação e comunicação no ambiente escolar enfatizam a importância da utilização nas práticas pedagógicas para melhoria do processo ensino-aprendizagem. Neste contexto, as políticas e ações com vistas a possibilitar a prática das tecnologias digitais nos sistemas educacionais são favoráveis ao processo de construção do saber. A importância dessa pesquisa decorre da necessidade de se analisar como estão sendo conduzidas e adaptadas as ações de inclusão digital no âmbito das escolas públicas brasileiras pelo Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo). Desta forma, a pesquisa de cunho bibliográfico embasou-se em publicações de autores e documentos legais do governo federal, como âncora para as contribuições sobre o papel do Proinfo na concepção do uso consciente, crítico e ativo dos meios tecnológicos para produzir informação e conhecimento na comunidade educativa. O levantamento de dados na pesquisa consolidaram os resultados de como as metas e estratégias estão sendo implantadas nos ambientes escolares. Sobretudo, em relação à infraestrutura das escolas e a formação docente quanto à utilização das tecnologias educacionais para promoção da qualidade da educação.

Palavras-chave: tecnologia educacional; políticas públicas; Proinfo.

Abstract

The speeches and narratives of researchers regarding the integration of information and communication technologies at school environment emphasize the importance of using in pedagogical practices to improve the teaching-learning process. In this context, policies and actions in order to enable the practice of digital technologies in education systems are favorable to the process of construction of knowledge. The importance of this research stems from the need to analyze like they are being conducted and adapted to the digital inclusion initiatives within the Brazilian public schools by the National Educational Technology Program (Proinfo). Thus, the bibliographic nature research underwrote in publications of authors and legal documents of the federal government, as an anchor for contributions on the role of Proinfo the design conscious, critical and active technological means to produce information and knowledge in educational community. Data collection in research consolidated the results of how the goals and strategies are being implemented in school environments. Especially in relation to infrastructure of schools and teacher training in the use of educational technology to promote the quality of education.

Keywords: educational technology; public policy; Proinfo

Introdução

A tecnologia na sociedade contemporânea promoveu um novo perfil de estudante, o qual faz uso dos meios tecnológicos em seu cotidiano, a exemplo o celular ou o smartphone, com tecnologias e recursos cada vez mais avançados com acesso as redes sociais, aplicativos e a qualquer tipo de informação.

Desta forma, o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TICs) é fundamental na sociedade da informação e conhecimento, por proporcionar novas relações sociais que influenciam o modo de ensino/trabalho e o estilo de vida das pessoas, assim a inclusão digital no âmbito educacional representa grande relevância.

Para o sistema educacional brasileiro, a utilização de tecnologias pode motivar o processo ensino-aprendizagem, tornando-o acessível, criativo e eficaz. Principalmente, na sociedade moderna cada vez mais em busca de informação, comunicação e conhecimento rápidos e significativos.

Neste contexto, observa-se que as inovações tecnológicas tendem a influenciar o ambiente educacional, por isso é necessário que a escola esteja preparada em relação à inclusão digital educacional. O Brasil dedica investimentos para a integração de novas mídias às escolas públicas, por meio de políticas públicas educacionais de desenvolvimento da inclusão digital.

Se por um lado à dimensão privada na utilização de equipamentos tecnológicos tem se popularizado, de outro o acesso público ainda caminha a passos lentos para a sua concretização e as ações governamentais tem se mostrado pouco eficientes.

As políticas públicas são consideradas eixos fundamentais para a viabilidade entre projetos/programas e esferas políticas, nas quais mesmo com investimentos, a inclusão digital ainda encontra problemas relacionados à prática de ações, principalmente no âmbito educacional.

Contudo, é necessário reconhecer as potencialidades e desafios dessas ações, analisando as práticas do governo federal de promoção à inclusão digital escolar. Por se tratar de uma política pública, torna-se necessário identificar e avaliar a relação dos resultados obtidos aos objetivos e metas dos programas, devido o financiamento de recurso governamental investido.

Diante destas considerações, são feitas algumas indagações: quais ações são desenvolvidas pelas políticas públicas educacionais para a inserção das TICs na rede pública de ensino? Como estão sendo oportunizadas à comunidade escolar as ações de inclusão digital pelo governo federal?

Assim, a partir dessas indagações, desenvolveu-se uma pesquisa de revisão bibliográfica, como condição de reflexão crítica e descritiva, a fim de analisar o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) como uma das principais políticas públicas educacionais de inclusão digital cujo objetivo destina-se o processo ensino e aprendizagem na educação básica brasileira.

Inclusão digital na escola: diálogo em construção

A evolução tecnológica é inevitável, ela afeta a forma e modifica a cultura social. Ao longo da história, as civilizações buscam por tecnologias que são vistas como bens necessários e desde o descobrimento do fogo aos modos de produção industrial, a sociedade, cada vez da informação e do conhecimento, vem passando por constantes mudanças.

As TICs vêm impactando nas transformações econômica e social de diversos setores estruturais da sociedade, para Oliveira (2006, p. 11) inclui as transações comerciais, relações pessoais, trabalho, estudo, pesquisa, por isso a inclusão digital ao sistema educacional brasileiro representa grande relevância, por presumir uma educação de qualidade e acessível, de acordo com as implicações exigidas atualmente.

Uma educação capaz de contribuir para a inclusão social e para a construção de um saber que dê conta da gigantesca tarefa de imprimir as transformações necessárias para a inserção do País, de forma

soberana e competitiva, no mercado mundial (SAMPAIO; NESPOLI; OLIVEIRA, 2005, p. 121).

Frente a essa perspectiva, vê-se que a tecnologia na sociedade contemporânea contribuiu para um novo representante estudantil, o nativo digital, de acordo com Braga (2013, p.64) é a população que já cresceu familiarizada com as tecnologias, desenvolveu estratégias e modos particulares de encontrar e socializar com as pessoas e também de buscar e trocar informações.

Nesse caso, aborda-se a função da escola, de educar e ensinar, conforme atribuiu Perez Tápías (2003, p. 172) ao considerar a concepção do pedagogo Juan Carlos Tedesco ao tomar a escola como “comunidade educativa” que exerce o papel de preparar o uso consciente, crítico e ativo dos meios tecnológicos para produzir informação e o conhecimento.

Desta forma, obrigou-se a escola – aqui definida como espaço de formação de alunos capazes de pensar e ter autonomia para tomar decisões, conforme Olga Pombo (p. 21) - a se reformular profundamente a este estudante, o qual faz uso dos meios tecnológicos em seu cotidiano.

Neste contexto, a partir da relação humana com o mundo, mediada pela educação como um processo contínuo de transformações, a inserção tecnológica ao ambiente escolar pode influenciar na educação, no sentido de formar sujeitos capazes de auxiliar na construção de uma sociedade em rede que aparece com a cultura digital.

É nesta perspectiva que surge o termo inclusão digital, como exposto por Cabral Filho (2004, p. 111) para uma sociedade “digitalmente incluída” é importante aprender ferramentas, recursos e suportes relacionados à tecnologia digital, permitindo sua apropriação por parte da sociedade.

A inclusão digital possibilita o acesso de todo e qualquer cidadão as tecnologias digitais, disponibilizando-os a conexão em rede, permitindo-os acesso à informação e produção de conhecimento. Neste ponto é necessário pensar em três posições importantes em relação à inclusão digital nas escolas: qual o significado na utilização das TICs e suas ferramentas, como e para que usa-las.

Assim, a inclusão digital ao ambiente escolar deve ser visto como meio de inserção social e cultural, sendo o desenvolvimento de políticas educacionais públicas de acesso à informatização um ponto essencial. Sobretudo, em uma sociedade marcada pela desigualdade social, na qual muitas das vezes, o acesso às TICs ocorre somente na escola (MELLO; TEIXEIRA, 2009).

Os dispositivos tecnológicos devem ser aplicados na escola para propor uma aprendizagem eficaz e significativa, com o intuito de viabilizar a relação professor-aluno e a relação com o conhecimento, a escola deverá direcionar a utilização das mídias em favor dos interesses da aprendizagem, pois uma ferramenta tecnológica em ambiente escolar não devem ser vistos como meros instrumentos técnicos, mas um instrumento transformador nas práticas sociais e culturais (BONATO, SILVA e LISBOA, 2013).

A inclusão digital é um fator de cidadania e direito do aluno por proporcionar acesso aos elementos tecnológicos na escola, porém, somente equipá-las não é o suficiente. É necessária a preparação da comunidade escolar e do espaço físico para a inserção digital e social, em favor do processo ensino-aprendizagem.

É a transição de uma educação e uma formação estritamente institucionalizada (a escola, a universidade) para uma situação de troca generalizada dos saberes, o ensino da sociedade por ela mesma, de reconhecimento autogerenciado, móvel e contextual das competências (LÉVY, 1999, p 172).

Desta forma, o processo de inclusão digital na sociedade é constante e a escola como meio social não deve estar alheia a estas transformações. O homem, em tempos remotos, para se comunicar pintava em paredes; com a revolução industrial surgiram os livros; hoje os fins são os mesmos, a comunicação e o compartilhamento de informações, a partir dos meios digitais.

Proinfo: política pública educacional de inclusão digital

Política pública é uma representação de algo de direito coletivo conduzido pelo Estado. Para melhor compreender a essa definição, parte-se para verificação lexical de cada palavra. Política, de origem grega, *politikó*, ciência de governar ações relacionadas ao Estado; Pública, palavra originária do latim, *publica*, relativo ao povo, a população.

Neste contexto, política pública refere-se não somente ao Estado, mas aos cidadãos, ou seja, embora regulada e provida por instituições governamentais de forma direta ou indireta, ela é uma resolução de ações que afetam a todos.

As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo (CUNHA e CUNHA, 2002, p. 12).

De tal modo, as políticas públicas podem ser entendidas como atitudes de governos (federal, estadual ou municipal) que por meio de programas/projetos corroborarão resultados ou mudanças em diversas áreas tais como econômica, ambiental, social, cultural e outras direcionadas e normalizadas para a efetivação dos objetivos e metas de ações sob a orientação do poder público.

A política educacional é um tipo de política pública que um governo perfaz pela educação. Ao serem implementadas nas redes de ensino podem marcar profundamente a composição do processo de escolarização. Assim, conduzem a “organização administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino de forma descentralizada, democrática e participativa” (GONÇALVES, SOUZA FILHO e PEREIRA, 2005, p. 69).

É necessário conhecer o discurso oficial proposto em relação à educação pelas políticas públicas. Em especial, a inclusão digital escolar que está além das questões de infraestrutura, perpassa pela resposividade de promover a utilização da tecnologia de forma consciente para manter as práticas pedagógicas atualizadas e garantir acesso a todos à educação.

Nesse sentido, a implantação de programas de informática educativa no Brasil consolidou-se no século XX nas décadas de 80 e 90, iniciados com o programa EDUCOM, o projeto FORMAR e o programa PRONINFE. Em 1997, inicia-se o principal programa de inclusão digital escolar, o Programa Nacional de Informática na Educação, Proinfo.

Com o intuito de oportunizar a inclusão digital ao sistema público de ensino, o Proinfo foi criado pela Portaria nº 522 em 09/04/1997 e pretendia melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem mediante inserção adequada das novas tecnologias da informação nas escolas.

A proposta era utilizar o computador em diversas áreas do conhecimento como uma ferramenta para a aprendizagem, a capacitação dos professores e a implantação de infraestruturas por meio de laboratórios de informática nos ambientes educacionais. Conforme Quartiero (2007), o PROINFO se permeou em dois momentos: o primeiro tem como objetivo implantar uma política de informatização educativa e de criar centros de pesquisas e capacitação na área; o segundo levar computadores para o espaço escolar.

A publicação do Programa Sociedade da Informação (SocInfo), o Livro Verde, em 2000, foi o marco da incorporação da política de universalização do acesso as TICs, oficializando o programa de inclusão digital nas escolas brasileiras que estava atrasada em relação as políticas de inserção de tecnologias educacionais e conexão (BRASIL, 2000).

Posteriormente, em 2007, com o desígnio de acelerar o processo de inclusão digital, o Proinfo sob o Decreto nº 6.300, foi reelaborado e renomeado para Programa Nacional de Tecnologia Educacional, com ampliação dos objetivos preconizados inicialmente em 1997:

I - promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais; II - fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação; III - promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa; IV - contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas; V - contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado

de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e VI - fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais (BRASIL, 2007, p. 01).

Frente a esses objetivos e considerando a política de inclusão digital, diversas ações passam a ser relevantes estratégias do governo para a reestruturação do programa, devido às incompletudes e ambiguidades em relação a sua estruturação, devido a sua abrangência e as mudanças no governo federal.

O novo Proinfo visa a efetivação do uso pedagógico das TICs na educação básica por meio de uma parceria entre o MEC, representante federal, e os governos estaduais e municipais. Sua implementação pauta-se sob três eixos: (I) Implantação de laboratórios de informática nas escolas públicas; (II) Formação dos profissionais; (III) Publicação de conteúdos digitais educacionais (BIELSCHOWSKY, 2009; DAMASCENO; BONILLA; PASSOS, 2013).

Com a sua reestruturação, as metas do Proinfo foram ampliadas em relação ao número de escolas contempladas com equipamentos, de professores a ser capacitados e a utilização de outras tecnologias e mídias. O programa incentiva o uso de softwares livres com fins educativos como ferramentas de apoio a equidade e qualidade no processo ensino-aprendizagem, visando à inserção do aluno no mercado de trabalho e na estrutura ativa da sociedade em que vive (MARCON, 2009; MARTINS e FLORES, 2015).

Desta forma, por se tratar de uma política pública educacional, é necessário a sua avaliação, pois os temas de caráter educacional e cultural são bases que merecem destaque quanto a inclusão digital na educação básica no Brasil, principalmente quando muitas instituições de ensino da rede pública, enfrentam dificuldades de ordem estrutural, pedagógica e tecnológica.

Metodologia

O aprofundamento da discussão em torno dos aspectos conceituais, metodológicos e práticos das políticas educacionais de inserção das tecnologias na educação partiu da análise e descrições dos seguintes registros legais: Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), Plano Desenvolvimento da Educação (PDE) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica e documental para prover subsídios a construção da base teórica acerca da inclusão digital na educação básica brasileira, sob abordagens das ações do Proinfo, por se perceber a importância dessa política como forma de representatividade do Estado em ação e controle social.

Como percurso metodológico tomou-se como base o estudo realizado por Perez e Silva (2013), que desenvolveram uma investigação a partir do mapeamento de publicações internacionais e nacionais. O referido estudo aborda os impactos do uso de computadores como um elemento comum aos sistemas educacionais em relação ao comportamento, pensamento de professores, alunos e gestores, em função dessa presença.

Essas publicações subsidiaram a sistematização em grupos de categorias de análise e métodos de pesquisas, os quais direcionaram a obtenção dos documentos revisados, assim selecionados: “pesquisas focadas nos professores; pesquisas focadas nos alunos; pesquisas focadas nos gestores; e pesquisas focadas nas tecnologias e no desenvolvimento teórico” (PEREZ e SILVA, 2013, p. 25).

Desta forma, para a relevância da análise e discussão das bibliografias e dos resultados, será considerada a ideia de sistematização de dois grupos (pesquisas focadas nos professores e nas tecnologias) baseados nos eixos que englobam o PROINFO de 2007: (I) Implantação de laboratórios de informática nas escolas públicas e (II) Formação dos profissionais.

Como organização do material analisado e conduzir a pesquisa foram definidos os seguintes passos: I. Obtenção dos documentos legais sobre ações centrais no âmbito educacional do governo federal; II. Busca e leitura de publicações ordenada de acordo com os eixos e metas das políticas educacionais em questão; III. Organização dos resultados.

Para coleta de dados, a cerca dos resultados das ações propostas pelo Proinfo, serão utilizadas duas plataformas online que monitoram políticas públicas educacionais:

(i) Todos pela Educação é um movimento que conta com a participação de diversos segmentos da sociedade brasileira, apartidário, visa contribuir para que até 2022, todas as crianças e jovens tenham o direito a Educação Básica de qualidade;

(ii) Observatório do PNE é uma plataforma online que tem como objetivo monitorar os indicadores referentes a cada uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e de suas respectivas estratégias, e oferecer análises sobre as políticas públicas educacionais já existentes utilizando dados do Censo Escolar.

A pesquisa objetiva-se a apresentar uma reflexão descritiva para interpretação do estado atual das ações do Proinfo, desenvolvidas pelo governo federal para a efetivação, ou não, da informatização nas escolas públicas. Foram incluídos como embasamento teórico, autores e documentos governamentais que abordam a inclusão digital mediada pelas TICs nas escolas.

Resultados e discussão: do pretendido ao instituído

Considerando a primeira edição do Proinfo, são quase vinte anos (1997-2016) de percurso digital em ambiente escolar. Por se tratar de uma política pública, de acordo com Martins e Flores (2015), devido o financiamento investido, torna-se necessário identificar e avaliar a pertinência dos resultados obtidos em relação aos objetivos e metas do programa.

Com a reestruturação do Proinfo, programas foram implantados para garantir a efetivação das ações de inclusão digital nas escolas com o apoio do FNDE. De acordo com o site Todos pela Educação (TPE), o FNDE é entidade pública financiadora e executora de projetos e programas de ensino e pesquisa vinculados às políticas públicas educacionais e na melhoria da infraestrutura das escolas.

Em relação à infraestrutura das escolas, uma das ações do FNDE ligado ao Proinfo refere-se à implantação de laboratórios informatizados e a conexão a internet em banda larga. Engloba programas como: Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) e Programa Um Computador por Aluno (PROUCA).

O PBLE foi lançado em 2008, sob o Decreto nº 6424, com objetivo de conectar todas as escolas públicas de Educação Básica à internet, em parceria com as operadoras de telefonia. As empresas autorizadas para a instalação da infraestrutura de rede até 2010 devem manter o serviço sem ônus até o ano de 2025 (BRASIL, 2009).

O PROUCA teve início em 2008 em caráter experimental e foi instituído em 2010, pela Lei nº 12.249. O programa prevê a compra pelos estados e municípios, por meio de recursos próprios, laptops educacionais para serem utilizados por alunos e professores exclusivamente como instrumento de aprendizagem (BRASIL, 2010).

Dados do Observatório do PNE, nos anos de 2008 a 2014, indicam um crescimento tanto no número de instituições com acesso à banda larga, de 17,7% para 40,7% quanto em relação da quantidade de computadores nas escolas, de 18,4% para 51,9%. Conforme o PNE, a meta nacional até 2020 é universalizar o acesso à banda larga em 100% das escolas e triplicar a disponibilidade de computadores por aluno.

A inclusão digital como política pública tende a proporcionar oportunidade de acesso à informação em rede de forma abrangente, não restrita a classe que tenha condições de instalar computadores em casa com internet banda larga. É importante ressaltar que o computador e a internet não foram desenvolvidos para fins pedagógicos, por isso o bom uso desses recursos no ensino/educação deve estar em consonância as teorias e práticas pedagógicas.

Nesse sentido, a formação de professores e gestores para a utilização das TICs é outra ação de inclusão digital nas escolas, articulada pelo Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (Proinfo Integrado) e o Projeto Um Computador por Aluno (UCA).

Com a reformulação, o Proinfo passa a ser “integrado” às ações do PDE, englobando quatro linhas: capacitação, conteúdo, inovações tecnológicas e ferramentas de interação. O PDE, em parceria entre os entes federados e grupos de instituições privadas, coloca em prática suas ações na perspectiva de melhoria da escola pública (BIELSCHOWSKY, 2009).

O Proinfo Integrado objetiva promover formação docente didático-pedagógico, por meio de cursos online de especialização (360hs) e aperfeiçoamento (180hs) em parceria com NTE/NTM estaduais ou municipais. Os cursos propõem mudanças na postura e o modo na utilização do computador como ferramenta educacional (BRASIL, 2008).

Os Núcleos Tecnológicos Estaduais (NTEs) e Municipais (NTMs) são de extrema importância para o bom andamento do Proinfo como um todo. Constituem a base operacional dos coordenadores estaduais e municipais do Programa, desempenhando o papel de multiplicador do programa de capacitação e de formação continuada dos professores de educação básica para a utilização das TICs (BRASIL, 2014).

O UCA é um projeto de complementação para a implantação de laboratórios de informática para utilização das TICs no ambiente escolar. O objetivo é distribuir laptops educacionais aos alunos, a capacitação de recursos humanos e avaliação dos impactos na utilização desses computadores portáteis (BRASIL, 2009).

Apesar da oferta de cursos de formação, segundo o site TPE, apenas 2% dos professores brasileiros da rede pública usam a tecnologia em sala de aula, desenvolvendo ou não práticas pedagógicas. O site complementa que a falta de formação docente inviabilizou a utilização de quase 15 mil laboratórios de informática.

Percebe-se que a falta do domínio em relação a prática pedagógico por meio das ferramentas tecnológicas, ainda parece ser um desafio para alguns docentes que muitas vezes se sentem impotentes em conciliar os conteúdos disciplinares com instrumentos e ambientes midiáticos.

As ações propostas pelo governo de capacitação continuada, muitas das vezes, não estabelecem como as tecnologias educacionais serão envolvidas pelas práticas educativas. A inclusão digital chega às escolas, sem prévia formação e observação das limitações e possibilidades, construindo um cenário para a exclusão digital no ambiente escolar (MELLO e TEIXEIRA, 2009).

Neste contexto, é importante observar que a educação para a informática e para o uso da Internet deve estar pautada no planejamento desde os primeiros níveis de ensino. Convergindo o analógico do digital para reforçar a capacidade cognitiva dos alunos e guiar para descobertas de novas perspectivas.

O acesso aos meios tecnológicos deve ser vistos como estimulador da capacidade produtiva, por meio dos mais variados recursos e serviços disponíveis, porém para que isso aconteça, é necessária a formação contínua dos professores, pedagogos e técnicos educacionais (CABRAL FILHO, 2004).

Dados do site Observatório do PNE revelam uma diminuição considerável na disparidade ao longo dos anos de 2008 a 2014, em relação ao número de computador/aluno, de 133,4 para 34,3, havendo uma estagnação nos últimos dois anos. Esses indicadores deverão ser reduzidos, a meta nacional é elevar para 11,4 o indicador relação computador/aluno na rede Pública de Educação Básica até 2020.

O maior desafio para a democratização do acesso aos meios tecnológicos em ambiente educacional é talvez o esforço político. Visto que no discurso das políticas públicas educacionais de inclusão digital no Brasil, seus objetivos e metas abrangem a totalidade das escolas, determinando projetos, programas e leis, mas com prazos extensos para implantação.

Diante das análises investigadas, observa-se que a inclusão das TICs e o seu direcionamento pedagógico no ambiente escolar são metas e estratégias para a inclusão digital. O Proinfo compõe o rol das políticas públicas educacionais vigentes no Brasil, são independentes entre si, mas se correlacionam em busca da eficiência e eficácia educacional.

Considerações Finais

Apesar do percurso da pesquisa bibliográfica não viabilizar generalizações, a concretização dos discursos e dados levantados na pesquisa possibilitou um breve olhar sobre as ações atuais de implantação do Proinfo. Neste contexto, observa-se que o alcance a meta de universalização ao acesso a informática educativa, ainda está distante do contentamento ideal.

De acordo com os relatos pesquisados, é indispensável à articulação entre as políticas públicas para promoção da inclusão digital na rede de ensino. Sobretudo, em ações de avaliação e controle constantes por parte dos órgãos governamentais responsáveis pela educação no Brasil, com o intuito de dimensionar e aperfeiçoar os resultados dos programas.

Para tanto, é indispensável a conscientização dos agentes escolares, da comunidade e do poder público para as possibilidades das tecnologias educacionais como recursos que podem contribuir para a melhoria do nível de aprendizagem.

Desse modo, a reformulação do currículo escolar para a utilização de novos modelos metodológicos potencializaria a construção do conhecimento e, sobretudo na centralização da formação continuada docente para que sejam utilizadas as tecnologias educacionais como ferramentas de aprendizagem e não meros transmissores de conteúdos.

No entanto, as políticas públicas educacionais de inclusão digital no Brasil parecem alheias ao que precisa ser investido para a escola se constituir na qualidade de um espaço de formação dos docentes, dos discentes e da comunidade escolar, em relação à prática plena da cultura digital como componente da proposta pedagógica.

Sendo assim, a inclusão digital nas instituições de ensino público deve estar além da compra e envio de equipamentos e infraestrutura das escolas. É necessária, principalmente, a democratização do acesso aos meios tecnológicos digitais por meio da adoção de políticas públicas consistentes, duradouras e amplas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação a Distância. **Programa Nacional de Informática na Educação – Proinfo: diretrizes**. Brasília: julh/1997. Disponível em: < http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/proinfo_diretrizes1.pdf> Acesso em: 09 abr. 2016.

_____. **Sociedade da Informação no Brasil. Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm> Acesso em: 09 abr. 2016.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação a Distância. **Programa Nacional de Informática na Educação – Proinfo: Introdução à educação digital: caderno de estudo e prática**. Brasília: 2008, 268p.

_____. Programa Um Computador por Aluno - UCA. **Formação Brasil: projeto, planejamento das ações/cursos**. Brasília: SEEC/MEC, 2009.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12249.htm> Acesso em: 09 abr. 2016.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Termo de referência nº 02/1041/2014 para contratação de consultoria especializada na modalidade de produto**. Brasília: UGP/SEB, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15335-tor-02-012014&Itemid=30192> Acesso 07 abr 2016.

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. Tecnologia da informação e comunicação das escolas públicas brasileiras: o Programa Proinfo Integrado. **Revista e-curriculum**. São Paulo, v.5, n.1, Dez/2009. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012852.pdf>> Acesso em: 01 maio 2016.

BRAGA, Denise Bertoli. **Ambientes digitais: reflexões e práticas**. Coleção Trabalhando com... na escola. 1ª ed. V. 06. São Paulo: Cortez, 2013. 146 p.

BONATO, Francisco Rogério Oliveira; SILVA, Andriele Franco; LISBOA, Patrícia. Tecnologias nas atividades escolares: perspectivas e desafios. In: VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro; MATTOS, Maria José Viana Marinho; COSTA, José Wilson (Org.). **Educação digital: a tecnologia a favor da inclusão**. Porto Alegre: Penso, 2013, cap. 3. p. 58-74.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz. Sociedade e tecnologia digital: entre incluir ou ser incluída. **Liinc em Revista**, v.2, n.2, setembro 2006, p.110-119. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/sociedade_e_tecnologia_digital.pdf> Acesso em: 27 maio 2016.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Shettini M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysson; et al. (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Proex, 2002. cap. 1, p.

DAMASCENO, Handherson L.C; BONILLA, Maria Helena; PASSOS, Maria Sigmar C. Inclusão digital no Proinfo integrado: perspectivas de uma política governamental. **Revista Inclusão Social**. Brasília, v. 5 n. 2, p.32-42, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1675/1881>> Acesso em: 12 abr 2016.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. 1ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1999.

GONÇALVES, Célia Regina Polisel; SOUZA FILHO, José de; PEREIRA, Sirlei Aléssio de Barros. Escola pública: caminhos para a democratização. In: DELGADO, Evaldo Inácio (Org.). **Políticas educacionais em crise e a prática docente**. Canoas: Ed. ULBRA, 2005. p.

MARTINS, Ronei Ximenes; FLORES, Vânia de Fátima. A implantação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo): revelações de pesquisas realizadas no Brasil entre 2007 e 2011. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 96, n. 242, p. 112-128, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/330812273>> Acesso em: 07 abr. 2016.

MELLO, Elisângela de Fátima Fernandes; TEIXEIRA, Adriano Canabarro. Um processo de inclusão digital na hipermodernidade. In: TEIXEIRA, Adriano Canabarro; MARCON, Karina. (Org.). **Inclusão digital: experiências, desafios e perspectivas**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. cap. 2. p. 35-55

MARCON, Karina. Inclusão digital: apropriação dos meios e desafios emergentes In: TEIXEIRA, Adriano Canabarro; MARCON, Karina. (Org.). **Inclusão digital: experiências, desafios e perspectivas**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. cap. 15. p. 248-261

PEREZ, José Roberto Rus; SILVA, Fabrício de Paula. Computadores na educação: uma revisão da pesquisa internacional. In: VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro; MATTOS, Maria José Viana Marinho; COSTA, José Wilson (Org.). **Educação digital: a tecnologia a favor da inclusão**. Porto Alegre: PENSO, 2013. cap. 1. p.21-38.

Observatório do PNE. Iniciativa: organizações educacionais não governamentais. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/sobre-observatorio>> Acesso em: 01 maio 2016.

OLIVEIRA, Aristóteles da Silva. Inclusão digital. In: MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. (Org.). **Experiências com tecnologias de informação e comunicação na educação**. Maceió: EDUFAL, 2006. cap. 1. p. 11-22.

POMBO, Olga. **O insuportável brilho da escola.** Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/brilhoescola.pdf>> Acesso em 09 abril 2016.

QUARTIERO, Elisa Maria. Da máquina de ensinar à máquina de aprender: pesquisas em tecnologia educacional. **Vertentes.** São João Del-Rei, v. 29, p. 51-62, 2007. Disponível em: <http://intranet.ufsj.edu.br/rep_sysweb/File/vertentes/Vertentes_29/elisa_quartiero.pdf> Acesso em: 25 maio 2016.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno; NESPOLI, Liliâne Aranha; OLIVEIRA, Vanessa. A informática no suporte ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem na educação básica no Brasil. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 121-141, maio/dez. 2005. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/840/815>> Acesso em: 23 maio 2016.

TAPIAS, José Antônio Pérez. **Internautas e naufragos: a busca do sentido na cultura digital.** Tradução de Maria Stela Gonçalves e Adail Sobral. São Paulo: Ed. Loyola, 2006. 247p.

Todos pela educação. Desenvolvimento: Grupo Meta. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/>> Acesso em: 01 maio 2016.